

# A Fazenda Pública no projeto do novo Código de Processo Civil\*

Eduardo de Souza Floriano\*\*

O Senado Federal, pretendendo contribuir para a melhoria no sistema processual civil vigente, instaurou uma comissão de notáveis juristas encarregada de elaborar um anteprojeto de novo Código do Processo Civil, considerando que o hoje vigente remonta de 1973, e já conta com 65 alterações de texto<sup>1</sup>.

Nomeada no final do mês de setembro de 2009, sob a presidência do então Ministro do STJ, Luiz Fux, hoje no STF, a comissão desenvolveu um extenso trabalho de avaliação da legislação processual civil, que visou privilegiar a celeridade e efetividade da ação, mas sempre com respeito ao devido processo legal.

O trabalho de elaboração do anteprojeto perdurou por meses adotando, a comissão de juristas, uma postura de transparência ao conduzir diversas audiências públicas com a advocacia, magistratura, Ministério Público, entre outros órgãos que compõem a estrutura da Justiça brasileira e, ainda, manter canais abertos com o povo e as comunidades jurídica e acadêmica.

Concluídos os trabalhos da comissão, foi entregue ao Presidente do Senado, Exmo. Senador José Sarney o “Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil”, que posteriormente resultou no Projeto de Lei do Senado – PLS 166, o qual foi encaminhado à comissão temporária da reforma do Código de Processo Civil, instalada no dia 4 de agosto de 2010, em atendimento ao disposto no Regimento Interno do Senado Federal – RI/SF.

A citada comissão, após receber o anteprojeto, analisou-o conjuntamente com outras cinquenta e oito proposições legislativas, que versavam sobre modificações na legislação processual civil, visando atender ao disposto no art. 374, II, do RI/SF.

Após análise da comissão e apresentação dos competentes relatórios, foram oferecidas 217 emendas ao PLS 166, as quais foram objeto de acolhimento integral, acolhimento, declaração de prejudicialidade ou rejeição pela comissão temporária<sup>2</sup>. Ademais, alguns dos projetos apensados foram objeto de desapensamento, por tratarem de matéria distinta ao processo civil, declaração de prejudicialidade e rejeição<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> *Acolhimento integral* das Emendas 25 e 107, do Senador Acir Gurgacz; da Emenda 21, do Senador Adelmir Santana; das Emendas 153 e 157, do Senador Antônio Carlos Valadares; das Emendas 29 e 67, do Senador Francisco Dornelles; das Emendas 128, 132, 143, 168, 185 e 186, do Senador Marconi Perillo; da Emenda 30, da Senadora Níura Demarchi; *acolhimento parcial* das Emendas 19, 108 e 119, do Senador Acir Gurgacz; das Emendas 16, 43 e 68, do Senador Adelmir Santana; das Emendas 151, 152, 154 a 156, do Senador Antônio Carlos Valadares; da Emenda 101, do Senador Eduardo Suplicy; das Emendas 7, 15, 59, 73, 77, 83, 97 e 100, do Senador Francisco Dornelles; das Emendas 123, 125, 127, 134, 141, 142, 145 a 147, 150, 162 a 166, 170, 174, 180, 183, 184, 192, 204 e 205, do Senador Marconi Perillo; das Emendas 5, 22 e 94 do Senador Regis Fichtner e do das Emendas 3, 76 e 99 do Senador Romero Jucá; *prejudicialidade* da Emenda 117, do Senador Acir Gurgacz; *rejeição* das Emendas 24, 26, 82, 84, 85, 109 a 116, 118 e 120, do Senador Acir Gurgacz; das Emendas 9, 12, 13, 23, 31, 33 a 35, 37, 41, 46, 50, 53 a 55, 61, 62, 65, 69, 71, 72, 74, 75, 78 a 80, 87, 88, 91, 93, 98 e 104 a 106, do Senador Adelmir Santana; das Emendas 206 a 217, Senador Cícero Lucena; das Emendas 1, 2, 4, 6, 8, 14, 18, 20, 27, 28, 32, 39, 40, 44, 48, 49, 52, 56 a 58, 60, 63, 64, 66, 70, 81, 86, 90, 95 e 102, do Senador Francisco Dornelles; das Emendas 121, 122, 124, 126, 129, 130, 131, 133, 135 a 140, 144, 148, 149, 158 a 161, 167, 169, 171 a 173, 175 a 179, 181, 182, 187 a 191, 193 a 203, do Senador Marconi Perillo; da Emenda 10, do Senador Mozarildo Cavalcanti; da Emenda 17, da Senadora Níura Demarchi; das Emendas 38, 45, 51, 89 e 94 do Senador Regis Fichtner e das Emendas 11, 36, 42, 47, 92, 96 e 103 do Senador Romero Jucá. (Fonte: <www.senado.gov.br>)

<sup>3</sup> *Desapensamento*, para tramitação em separado, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 151, de 2001, e o PLC 70, de 2006; o Projeto de Lei do Senado (PLS) 370, de 1999; o PLS 145, de 2000; o PLS 441, de 2003; o PLS 138, de 2004; o PLS 364, de 2004; o PLS 228, de 2005; o PLS 353, de 2005; o PLS 559, de 2007; o PLS 397, de 2009, e o PLS 115, de 2010, por tratarem de matérias distintas, não relacionadas com o Código de Processo Civil; *prejudicialidade* dos Projetos de Lei da Câmara 14, de 2005; 6, de 2007; 113, de 2007; 10, de 2008; 39, de 2008; 70, de 2008; 317, de 2009; 13, de 2010 e dos Projetos de Lei do Senado nos 387, de 2003; 132, de 2004; 136, de 2004; 139, de 2004; 268, de 2004; 58, de 2005; 144, de 2005; 292, de 2005; 20, de 2006; 39, de 2006; 296, de 2006; 324, de 2006; 169, de 2007; 309, de 2007; 506, de 2009; *rejeição* dos Projetos de Lei da Câmara 69, de 2004; 13, de 2006; 95, de 2007; 164, de 2009 e 171, de 2010 e dos Projetos de Lei do Senado nos 318, de 2003; 446, de 2003; 133, de 2004; 135, de 2004; 137, de 2004; 140, de 2004; 206, de 2004; 266, de 2004; 11, de 2005; 64, de 2005; 303, de 2005; 81, de 2006; 237, de 2006; 275, de 2006; 87, de 2007; 250, de 2007; 351, de 2008; 488, de 2008; 383, de 2009; 420, de 2009; 430, de 2009; 444, de 2009 e 161, de 2010; (FONTE [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br))

\*Quadro comparativo entre as disposições legais sobre a Fazenda Pública no projeto de Lei do Senado 166, de 2010 (com a redação dada pela Emenda Substitutiva 1) e no Código de Processo Civil de 1973.

\*\* Procurador do Município de Juiz de Fora, Bacharel em Direito pela UFJF, especialista em Direito Público, especialista em Direito Social, pós-graduando em Administração Pública Municipal.

<sup>1</sup> Leis 5.925, 6.246, 6.314, 6.355, 6.515, 6.745, 6.771, 6.780, 6.820, 6.851, 7.005, 7.019, 7.219, 7.270, 7.359, 7.363, 7.513, 7.542, 8.038, 8.079, 8.455, 8.637, 8.710, 8.718, 8.898, 8.950, 8.951, 8.952, 8.953, 9.028, 9.040, 9.079, 9.139, 9.245, 9.280, 9.415, 9.307, 9.462, 9.668, 9.756, 9.868, 10.173, 10.352, 10.358, 10.444, 11.112, 11.187, 11.232, 11.276, 11.277, 11.280, 11.341, 11.382, 11.418, 11.419, 11.441, 11.672, 11.694, 11.965, 11.969, 12.008, 12.122, 12.125, 12.195, 12.322.

Terminada a análise pela Comissão temporária, o PLS 166 foi aprovado e, após os devidos ajustes técnicos, de mérito e de redação, foi apresentada a Emenda 1 - CTRCPC – Substitutivo.

A citada emenda ao PLS 166 foi aprovada no plenário do Senado estando, agora, em análise pela Câmara dos Deputados, podendo sofrer, portanto, modificações em seu texto final.

Feita este breve intróito, cumpre esclarecer o objeto deste trabalho.

Na qualidade de advogado público, carreira de Estado essencial à manutenção do Estado Democrático de Direito, e responsável pela consultoria jurídica e defesa dos entes federados em juízo, me deparo com a interminável tarefa de manter atualizado nas normas atinentes ao processo civil e às prerrogativas e especificidades da normas relativas à Fazenda Pública em Juízo.

A partir da aprovação do PLS 166 (com a redação dada pelo substitutivo 1) pelo Senado Federal, cresceu a curiosidade quanto ao texto do *Novo CPC* em especial quanto à matéria específica reservada à defesa dos entes públicos em juízo.

Todavia, uma simples leitura do texto do projeto, não bastava para se descobrir o que realmente havia de novo. Portanto, iniciei uma pesquisa textual acerca dos dispositivos atinentes à Fazenda Pública, efetuando a devida comparação com o texto do atual CPC/1973.

Este é o ponto principal do trabalho, o de sistematizar, para estudo e reflexão da comunidade jurídica e acadêmica, as novas normas pertinentes à Fazenda Pública em juízo, com o intuito de se preparar para as significativas mudanças que ocorrerão na disciplina processual civil, ou mesmo de fomentar a proposição de emendas e correções do texto, junto à Câmara dos Deputados.

Não pretendo com o presente trabalho comentar ou discutir as dezenas de artigos que regulamentam especificamente a Fazenda Pública em juízo, até mesmo porque o projeto (com a redação dada pela Emenda Substitutiva 1) ainda pode sofrer sensíveis modificações na Câmara dos Deputados.

Assim, a fim de facilitar a comparação entre as normas legais, segue quadro esquemático comparativo (em relação ao CPC/1973) acerca de cada dispositivo do projeto de lei agora sob análise da Câmara dos Deputados.

Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
Art. 37. Recebido o pedido de auxílio direto passivo, a autoridade central o encaminhará à Advocacia-Geral da União, que requererá em juízo a medida solicitada.	—
Art. 52. As causas em que a União for autora serão movidas no domicílio do réu; sendo ré a União, poderá a ação ser movida no domicílio do autor, onde ocorreu o ato ou o fato que deu origem à demanda, onde esteja situada a coisa ou no Distrito Federal.	Art. 99. O foro da Capital do Estado ou do Território é competente: I – para as causas em que a União for autora, ré ou interveniente; II – para as causas em que o Território for autor, réu ou interveniente. Parágrafo único. Correndo o processo perante outro juiz, serão os autos remetidos ao juiz competente da Capital do Estado ou Território, tanto que neles intervenha uma das entidades mencionadas neste artigo.
Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: I – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores; II – o Município, por seu prefeito ou procurador;	Art. 12. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: I – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores; II – o Município, por seu Prefeito ou procurador;

Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 80. São deveres das partes, de seus procuradores, e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo:</p> <p>I – expor os fatos em juízo conforme a verdade;</p> <p>II – proceder com lealdade e boa-fé;</p> <p>III – não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento;</p> <p>IV – não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;</p> <p>V – cumprir com exatidão as decisões de caráter executivo ou mandamental e não criar embaraços à efetivação de pronunciamentos judiciais, de natureza antecipatória ou final;</p> <p>VI – declinar o endereço, residencial ou profissional, em que receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.</p> <p>§ 1º A violação ao disposto no inciso V do caput deste artigo constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa.</p> <p>§ 2º O valor da multa prevista no § 1º deverá ser depositado em juízo no prazo a ser fixado pelo juiz. Não sendo paga no prazo estabelecido, a multa será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado.</p> <p>§ 3º A multa prevista no § 1º poderá ser fixada independentemente da incidência daquela prevista no art. 509, § 1º e da periódica prevista no art. 522.</p> <p>§ 4º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa referida no § 1º poderá ser fixada em até o décuplo do valor das custas processuais.</p> <p>§ 5º Aos Advogados Públicos ou privados, aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 1º a 4º, devendo sua responsabilização ser apurada pelos órgãos de classe respectivos, aos quais o juiz oficiará.</p>	<p>Art. 14. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo: (Redação dada pela Lei 10.358, de 27/12/2001)</p> <p>I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;</p> <p>II - proceder com lealdade e boa-fé;</p> <p>III - não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento;</p> <p>IV - não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.</p> <p>V - cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final. (Incluído pela Lei 10.358, de 27/12/2001)</p> <p>Parágrafo único. Ressalvados os advogados que se sujeitam exclusivamente aos estatutos da OAB, a violação do disposto no inciso V deste artigo constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa; não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado. (Incluído pela Lei 10.358, de 27/12/2001)</p>
<p>Art. 81. É vedado às partes, aos advogados públicos e privados, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados, cabendo ao juiz ou ao tribunal, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.</p> <p>Parágrafo único. Quando expressões injuriosas forem manifestadas oralmente, o juiz advertirá o ofensor de que não as deve usar, sob pena de lhe ser cassada a palavra.</p>	<p>Art. 15. É defeso às partes e seus advogados empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao juiz, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.</p> <p>Parágrafo único. Quando as expressões injuriosas forem proferidas em defesa oral, o juiz advertirá o advogado que não as use, sob pena de lhe ser cassada a palavra.</p>

Emenda 1— CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 87. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.</p> <p>§ 1º A verba honorária de que trata o caput será devida também no pedido contraposto, no cumprimento de sentença, na execução resistida ou não e nos recursos interpostos, cumulativamente.</p> <p>§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito, do benefício ou da vantagem econômica obtidos, conforme o caso, atendidos:</p> <p>I – o grau de zelo do profissional;</p> <p>II – o lugar de prestação do serviço;</p> <p>III – a natureza e a importância da causa;</p> <p>IV – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.</p> <p>§ 3º Nas causas em que a <i>Fazenda Pública</i> for parte, os honorários serão fixados dentro seguintes percentuais, observando os referenciais do § 2º:</p> <p>I – mínimo de dez e máximo de vinte por cento nas ações de até duzentos salários-mínimos;</p> <p>II – mínimo de oito e máximo de dez por cento nas ações de duzentos até dois mil salários-mínimos;</p> <p>III – mínimo de cinco e máximo de oito por cento nas ações de dois mil até vinte mil salários-mínimos;</p> <p>IV – mínimo de três e máximo de cinco por cento nas ações de vinte mil até cem mil salários-mínimos;</p> <p>V – mínimo de um e máximo de três por cento nas ações acima de cem mil salários-mínimos.</p> <p>§ 4º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito, o benefício ou a vantagem econômica, o juiz fixará o valor dos honorários advocatícios em atenção ao disposto no § 2º</p> <p>§ 5º Nas ações de indenização por ato ilícito contra pessoa, o percentual de honorários incidirá sobre a soma das prestações vencidas com mais doze prestações vincendas.</p> <p>§ 6º Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo.</p> <p>§ 7º A instância recursal, de ofício ou a requerimento da parte, fixará nova verba honorária advocatícia, observando-se o disposto nos §§ 2º e 3º e o limite total de vinte e cinco por cento para a fase de conhecimento.</p> <p>§ 8º Os honorários referidos no § 7º são cumuláveis com multas e outras sanções processuais, inclusive as do art. 80.</p> <p>§ 9º As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes, bem como em fase de cumprimento de sentença, serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.</p> <p>§ 10. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.</p> <p>§ 11. O advogado pode requerer que o pagamento dos honorários que lhe cabem seja efetuado em favor da sociedade de advogados que integra na qualidade de sócio, aplicando-se também a essa hipótese o disposto no §10.</p> <p>§ 12. Os juros moratórios sobre honorários advocatícios incidem a partir da data do pedido de cumprimento da decisão que os arbitrou.</p> <p>§ 13. Os honorários também serão devidos nos casos em que o advogado atuar em causa própria</p>	<p>Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria. (Redação dada pela Lei 6.355, de 1976)</p> <p>§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p> <p>a) o grau de zelo do profissional; (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p> <p>b) o lugar de prestação do serviço; (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p> <p>c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p> <p>§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a <i>Fazenda Pública</i>, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei 8.952, de 13/12/1994)</p>
<p>Art. 93. As despesas dos atos processuais efetuados a requerimento da <i>Fazenda Pública</i> serão pagas ao final pelo vencido, exceto as despesas periciais, que deverão ser pagas de plano por aquele que requerer a prova.</p>	<p>Art. 27. As despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público ou da <i>Fazenda Pública</i>, serão pagas a final pelo vencido.</p>

Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 105. Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração direta e indireta.</p> <p>§ 1º No caso dos Municípios desprovidos de procuradorias jurídicas, a Advocacia Pública poderá ser exercida por advogado com procuração.</p> <p>§ 2º As verbas sucumbenciais recebidas em decorrência da atuação dos Advogados Públicos, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, serão destinadas ao fundo respectivo, para o fim exclusivo de aparelhamento do órgão e capacitação profissional de seus membros e servidores.</p>	—
<p>Art. 106. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da vista pessoal dos autos.</p>	<p>Art. 188. Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a <i>Fazenda Pública</i> ou o Ministério Público.</p>
<p>Art. 156. O Ministério Público será intimado para, no prazo de trinta dias, intervir como fiscal da ordem jurídica:</p> <p>I - nas causas que envolvam interesse público ou social;</p> <p>II - nas causas que envolvam o estado das pessoas e o interesse de incapazes;</p> <p>III - nas causas que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural;</p> <p>IV - nas demais hipóteses previstas em lei ou na Constituição da República.</p> <p>Parágrafo único. A participação da <i>Fazenda Pública</i> não configura por si só hipótese de intervenção do Ministério Público.</p>	<p>Art. 82. Compete ao Ministério Público intervir:</p> <p>I - nas causas em que há interesses de incapazes;</p> <p>II - nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade;</p> <p>III - nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte. (Redação dada pela Lei 9.415, de 23/12/1996)</p>
<p>Art. 185. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei.</p> <p>Parágrafo único. Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos tendo em conta a complexidade da causa.</p>	—
<p>Art. 186. Na contagem de prazo em dias, estabelecido pela lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os úteis.</p> <p>§ 1º Não são intempestivos atos praticados antes da ocorrência do termo inicial do prazo.</p> <p>§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro, quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a <i>Fazenda Pública</i>, o Ministério Público ou a Defensoria Pública.</p>	—
<p>Art. 192. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.</p> <p>§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento cair em dia em que:</p> <p>I – for determinado o fechamento do fórum;</p> <p>II – o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver interrupção da comunicação eletrônica.</p> <p>§ 2º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça físico ou eletrônico.</p> <p>§ 3º Os prazos terão início no primeiro dia útil após a intimação.</p>	<p>Art. 184. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento. (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p>

Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 249. Ressalvado o disposto no art. 324, começa a correr o prazo, obedecida a contagem somente nos dias úteis:</p> <p>I – quando a citação ou a intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento;</p> <p>II – quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça, da data de juntada aos autos do mandado cumprido;</p> <p>III – quando houver vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado de citação cumprido;</p> <p>IV – quando o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida;</p> <p>V – quando a citação ou intimação for por edital, do dia seguinte ao da publicação única, ou, havendo mais de uma, a contar da primeira, e finda a dilação assinada pelo juiz;</p> <p>VI – na intimação eletrônica, do dia seguinte ao da publicação.</p>	<p>Art. 241. Começa a correr o prazo: (Redação dada pela Lei 8.710, de 24/09/1993)</p> <p>I – quando a citação ou intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento; (Redação dada pela Lei 8.710, de 24/09/1993)</p> <p>II – quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, da data de juntada aos autos do mandado cumprido; (Redação dada pela Lei 8.710, de 24/09/1993)</p> <p>III – quando houver vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido; (Redação dada pela Lei 8.710, de 24/09/1993)</p> <p>IV – quando o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida; (Redação dada pela Lei 8.710, de 24/09/1993)</p> <p>V – quando a citação for por edital, finda a dilação assinada pelo juiz. (Redação dada pela Lei 8.710, de 24/09/1993)</p>
<p>Art. 201. Os Advogados Públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado, sob pena de o juiz determinar, de ofício, o desentranhamento das petições, manifestações e documentos que apresentar.</p>	—
<p>Art. 203. Aplicam-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública os arts. 201 e 202; a multa, se for o caso, será aplicada ao agente público responsável pelo ato.</p> <p>Parágrafo único. Apurada a falta, o juiz comunicará o fato ao órgão competente responsável pela instauração de procedimento disciplinar contra o membro que atuou no feito.</p>	—
<p>Art. 345. O juiz exerce o poder de polícia e incumbe-lhe:</p> <p>I – manter a ordem e o decoro na audiência;</p> <p>II – ordenar que se retirem da sala da audiência os que se comportarem inconvenientemente;</p> <p>III – requisitar, quando necessário, a força policial;</p> <p>IV – tratar com urbanidade as partes, os Advogados Públicos e privados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo;</p> <p>V – registrar em ata, com exatidão, todos os requerimentos apresentados em audiência.</p>	<p>Art. 445. O juiz exerce o poder de polícia, competindo-lhe:</p> <p>I – manter a ordem e o decoro na audiência;</p> <p>II – ordenar que se retirem da sala da audiência os que se comportarem inconvenientemente;</p> <p>III – requisitar, quando necessário, a força policial.</p> <p>Art. 446. Compete ao juiz em especial:</p> <p>I – dirigir os trabalhos da audiência;</p> <p>II – proceder direta e pessoalmente à colheita das provas;</p> <p>III – exortar os advogados e o órgão do Ministério Público a que discutam a causa com elevação e urbanidade.</p> <p>Parágrafo único. Enquanto depuserem as partes, o perito, os assistentes técnicos e as testemunhas, os advogados não podem intervir ou apartear, sem licença do juiz.</p>



Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 392. Fazem a mesma prova que os originais:</p> <p>I – as certidões textuais de qualquer peça dos autos, do protocolo das audiências ou de outro livro a cargo do escrivão, sendo extraídas por ele ou sob sua vigilância e por ele subscritas;</p> <p>II – os traslados e as certidões extraídas por oficial público de instrumentos ou documentos lançados em suas notas;</p> <p>III – as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório, com os respectivos originais;</p> <p>IV – as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;</p> <p>V – os extratos digitais de bancos de dados públicos e privados, desde que atestado pelo seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem;</p> <p>VI – as reproduções digitalizadas de qualquer documento público ou particular quando juntadas aos autos pelos órgãos da justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pela Defensoria Pública e seus auxiliares, pelas Procuradorias, pelas repartições públicas em geral e por advogados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.</p> <p>§ 1º Os originais dos documentos digitalizados mencionados no inciso VI deverão ser preservados pelo seu detentor até o final do prazo para ajuizamento de ação rescisória.</p> <p>§ 2º Tratando-se de cópia digital de título executivo extrajudicial ou de outro documento relevante à instrução do processo, o juiz poderá determinar o seu depósito em cartório ou secretaria.</p>	<p>Art. 365. Fazem a mesma prova que os originais:</p> <p>I – as certidões textuais de qualquer peça dos autos, do protocolo das audiências, ou de outro livro a cargo do escrivão, sendo extraídas por ele ou sob sua vigilância e por ele subscritas;</p> <p>II – os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas;</p> <p>III – as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório, com os respectivos originais.</p> <p>IV – as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade. (Incluído pela Lei 11.382, de 2006).</p> <p>V – os extratos digitais de bancos de dados, públicos e privados, desde que atestado pelo seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem; (Incluído pela Lei 11.419, de 2006).</p> <p>VI – as reproduções digitalizadas de qualquer documento, público ou particular, quando juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos ou privados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização. (Incluído pela Lei 11.419, de 2006).</p> <p>§ 1º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no inciso VI do caput deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o final do prazo para interposição de ação rescisória. (Incluído pela Lei 11.419, de 2006).</p> <p>§ 2º Tratando-se de cópia digital de título executivo extrajudicial ou outro documento relevante à instrução do processo, o juiz poderá determinar o seu depósito em cartório ou secretaria. (Incluído pela Lei 11.419, de 2006).</p>
<p>Art. 424. O juiz requisitará às repartições públicas em qualquer tempo ou grau de jurisdição:</p> <p>I – as certidões necessárias à prova das alegações das partes;</p> <p>II – os procedimentos administrativos nas causas em que forem interessados a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios ou as respectivas entidades da administração indireta.</p> <p>§ 1º Recebidos os autos, o juiz mandará extrair, no prazo máximo e improrrogável de um mês, certidões ou reproduções fotográficas das peças indicadas pelas partes ou de ofício; findo o prazo, devolverá os autos à repartição de origem.</p> <p>§ 2º As repartições públicas poderão fornecer todos os documentos em meio eletrônico, conforme disposto em lei, certificando, pelo mesmo meio, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou do documento digitalizado.</p>	<p>Art. 399. O juiz requisitará às repartições públicas em qualquer tempo ou grau de jurisdição:</p> <p>I – as certidões necessárias à prova das alegações das partes;</p> <p>II – os procedimentos administrativos nas causas em que forem interessados a União, o Estado, o Município, ou as respectivas entidades da administração indireta.</p> <p>§ 1º Recebidos os autos, o juiz mandará extrair, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, certidões ou reproduções fotográficas das peças indicadas pelas partes ou de ofício; findo o prazo, devolverá os autos à repartição de origem. (Renumerado pela Lei 11.419, de 2006).</p> <p>§ 2º As repartições públicas poderão fornecer todos os documentos em meio eletrônico conforme disposto em lei, certificando, pelo mesmo meio, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou do documento digitalizado. (Incluído pela Lei 11.419, de 2006).</p>

Emenda 1— CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 483. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:</p> <p>I – proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público;</p> <p>II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da <i>Fazenda Pública</i>;</p> <p>III – que não puder indicar, desde logo, o valor da condenação.</p> <p>§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do respectivo tribunal avocá-los.</p> <p>§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que o valor da condenação, do proveito, do benefício ou da vantagem econômica em discussão for de valor certo inferior a:</p> <p>I – mil salários-mínimos para União e as respectivas autarquias e fundações de direito público;</p> <p>II – quinhentos salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações de direito público, bem assim para as capitais dos Estados;</p> <p>III – cem salários-mínimos para todos os demais municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.</p> <p>§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:</p> <p>I – súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;</p> <p>II – acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de casos repetitivos;</p> <p>III – entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.</p>	<p>Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (Redação dada pela Lei 10.352, de 26/12/2001)</p> <p>I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; (Redação dada pela Lei 10.352, de 26/12/2001)</p> <p>II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da <i>Fazenda Pública</i> (art. 585, VI). (Redação dada pela Lei 10.352, de 26/12/2001)</p> <p>§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los. (Incluído pela Lei 10.352, de 26/12/2001)</p> <p>§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários-mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor. (Incluído pela Lei 10.352, de 26/12/2001)</p> <p>§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente. (Incluído pela Lei 10.352, de 26/12/2001)</p>
<p>Art. 519. Transitada em julgado a sentença que impuser à <i>Fazenda Pública</i> o dever de pagar quantia certa, ou, se for o caso, a decisão que julgar a liquidação, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo:</p> <p>I – o nome completo, o número do cadastro de pessoas físicas ou do cadastro nacional de pessoas jurídicas do exequente;</p> <p>II – o índice de correção monetária adotado;</p> <p>III – a taxa dos juros de mora aplicada;</p> <p>IV – o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados;</p> <p>V – especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados.</p> <p>§ 1º Havendo pluralidade de exequentes, cada um deverá apresentar o seu próprio demonstrativo, aplicando-se à hipótese, se for o caso, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 112.</p> <p>§ 2º A multa prevista no § 1º do art. 509 não se aplica à <i>Fazenda Pública</i>.</p>	<p>Art. 730. Na execução por quantia certa contra a <i>Fazenda Pública</i>, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras: (Vide Lei 9.494, de 10/09/1997)</p> <p>I – o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;</p> <p>II – far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.</p>



Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 520. A <i>Fazenda Pública</i> será intimada para, querendo, no prazo de trinta dias e nos próprios autos, impugnar a execução, cabendo nela arguir:</p> <p>I – falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia;</p> <p>II – ilegitimidade de parte;</p> <p>III – a inexigibilidade do título;</p> <p>IV – o excesso de execução;</p> <p>V – cumulação indevida de execuções;</p> <p>VI – incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz;</p> <p>VII – qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.</p> <p>§ 1º Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.</p> <p>§ 2º Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada:</p> <p>I – expedir-se-á por intermédio do presidente do tribunal competente, precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição da República;</p> <p>II – por ordem do juiz, dirigida à autoridade citada para a causa, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de sessenta dias contados da entrega da requisição, mediante depósito na agência mais próxima de banco oficial.</p> <p>§ 3º Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.</p> <p>§ 4º Para efeito do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição da República em controle concentrado de constitucionalidade ou quando a norma tiver sua execução suspensa pelo Senado Federal.</p>	<p>Art. 741. Na execução contra a <i>Fazenda Pública</i>, os embargos só poderão versar sobre: (Redação dada pela Lei 11.232, de 2005)</p> <p>I – falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia; (Redação dada pela Lei 11.232, de 2005)</p> <p>II - inexigibilidade do título;</p> <p>III - ilegitimidade das partes;</p> <p>IV - cumulação indevida de execuções;</p> <p>V – excesso de execução; (Redação dada pela Lei 11.232, de 2005)</p> <p>VI – qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença; (Redação dada pela Lei 11.232, de 2005)</p> <p>VII - incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz.</p> <p>Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal. (Redação pela Lei 11.232, de 2005)</p>

Emenda 1 – CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 522. A multa periódica imposta ao devedor independe de pedido do credor e poderá se dar em liminar, na sentença ou na execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para o cumprimento do preceito.</p> <p>§ 1º A multa fixada liminarmente ou na sentença se aplica na execução provisória, devendo ser depositada em juízo, permitido o seu levantamento após o trânsito em julgado ou na pendência de agravo de admissão contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial ou extraordinário.</p> <p>§ 2º O requerimento de execução da multa abrange aquelas que se vencerem ao longo do processo, enquanto não cumprida pelo réu a decisão que a cominou.</p> <p>§ 3º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:</p> <p>I – se tornou insuficiente ou excessiva;</p> <p>II – o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.</p> <p>§ 4º A multa periódica incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado.</p> <p>§ 5º O valor da multa será devido ao exequente até o montante equivalente ao valor da obrigação, destinando-se o excedente à unidade da Federação onde se situa o juízo no qual tramita o processo ou à União, sendo inscrito como dívida ativa.</p> <p>§ 6º Sendo o valor da obrigação inestimável, deverá o juiz estabelecer o montante que será devido ao autor, incidindo a regra do § 5º no que diz respeito à parte excedente.</p> <p>§ 7º Quando o executado for a <i>Fazenda Pública</i>, a parcela excedente ao valor da obrigação principal a que se refere o § 5º, será destinada a entidade pública ou privada, com finalidade social.</p>	<p>Art. 645. Na execução de obrigação de fazer ou não fazer, fundada em título extrajudicial, o juiz, ao despachar a inicial, fixará multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida. (Redação dada pela Lei 8.953, de 13/12/1994)</p> <p>Parágrafo único. Se o valor da multa estiver previsto no título, o juiz poderá reduzi-lo se excessivo. (Incluído pela Lei 8.953, de 13/12/1994)</p>
<p>Art. 601. O requerimento de inventário e partilha incumbe a quem estiver na posse e na administração do espólio, no prazo estabelecido no art. 597</p> <p>Parágrafo único. O requerimento será instruído com a certidão de óbito do autor da herança.</p> <p>Art. 602. Têm, contudo, legitimidade concorrente:</p> <p>I – o cônjuge ou companheiro supérstite;</p> <p>II – o herdeiro;</p> <p>III – o legatário;</p> <p>IV – o testamentário;</p> <p>V – o cessionário do herdeiro ou do legatário;</p> <p>VI – o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;</p> <p>VII – o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes;</p> <p>VIII – a <i>Fazenda Pública</i> a, quando tiver interesse.</p>	<p>Art. 987. A quem estiver na posse e administração do espólio incumbe, no prazo estabelecido no art. 983, requerer o inventário e a partilha.</p> <p>Parágrafo único. O requerimento será instruído com a certidão de óbito do autor da herança.</p> <p>Art. 988. Tem, contudo, legitimidade concorrente:</p> <p>I – o cônjuge supérstite;</p> <p>II – o herdeiro;</p> <p>III – o legatário;</p> <p>IV – o testamentário;</p> <p>V – o cessionário do herdeiro ou do legatário;</p> <p>VI – o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;</p> <p>VII – o síndico da falência do herdeiro, do legatário, do autor da herança ou do cônjuge supérstite;</p> <p>VIII – o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes;</p> <p>IX – a <i>Fazenda Pública</i>, quando tiver interesse.</p> <p>Art. 989. O juiz determinará, de ofício, que se inicie o inventário, se nenhuma das pessoas mencionadas nos artigos antecedentes o requerer no prazo legal.</p>

Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 612. Feitas as primeiras declarações, o juiz mandará citar, para os termos do inventário e da partilha, o cônjuge, o companheiro, os herdeiros, os legatários, a <i>Fazenda Pública</i>, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se o finado deixou testamento.</p> <p>§ 1º Serão citados conforme o disposto no art. 216, o cônjuge ou o companheiro, o herdeiro e o legatário. Frustrada a citação das pessoas domiciliadas na comarca onde corre o inventário, estas serão citadas na forma dos arts. 218 e 225, e por edital, com prazo de vinte dias a dois meses, todas as demais residentes no Brasil como no estrangeiro.</p> <p>§ 2º Das primeiras declarações extrair-se-ão tantas cópias quantas forem as partes.</p> <p>§ 3º A citação será acompanhada de cópia das primeiras declarações.</p> <p>§ 4º Incumbe ao escrivão remeter cópias à <i>Fazenda Pública</i>, ao Ministério Público, ao testamenteiro, se houver, e ao advogado, se a parte já estiver representada nos autos.</p>	<p>Art. 999. Feitas as primeiras declarações, o juiz mandará citar, para os termos do inventário e partilha, o cônjuge, os herdeiros, os legatários, a <i>Fazenda Pública</i>, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se o finado deixou testamento. (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p>
<p>Art. 615. A <i>Fazenda Pública</i>, no prazo de vinte dias, após a vista de que trata o art. 613, informará ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações.</p>	<p>Art. 1.002. A <i>Fazenda Pública</i>, no prazo de 20 (vinte) dias, após a vista de que trata o art. 1.000, informará ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p>
<p>Art. 619. Sendo capazes todas as partes, não se procederá à avaliação, se a <i>Fazenda Pública</i>, intimada pessoalmente, concordar expressamente com o valor atribuído, nas primeiras declarações, aos bens do espólio.</p>	<p>Art. 1.007. Sendo capazes todas as partes, não se procederá à avaliação, se a <i>Fazenda Pública</i>, intimada na forma do art. 237, I, concordar expressamente com o valor atribuído, nas primeiras declarações, aos bens do espólio. (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p>
<p>Art. 620. Se os herdeiros concordarem com o valor dos bens declarados pela <i>Fazenda Pública</i>, a avaliação cingir-se-á aos demais.</p>	<p>Art. 1.008. Se os herdeiros concordarem com o valor dos bens declarados pela <i>Fazenda Pública</i>, a avaliação cingir-se-á aos demais. (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p>
<p>Art. 624. Feito o cálculo, sobre ele serão ouvidas todas as partes no prazo comum de cinco dias, que correrá em cartório e, em seguida, a <i>Fazenda Pública</i>.</p>	<p>Art. 1.009. Entregue o laudo de avaliação, o juiz mandará que sobre ele se manifestem as partes no prazo de 10 (dez) dias, que correrá em cartório.</p>
<p>Art. 640. Pago o imposto de transmissão a título de morte e juntada aos autos certidão ou informação negativa de dívida para com a <i>Fazenda Pública</i>, o juiz julgará por sentença a partilha.</p> <p>Parágrafo único. A existência de dívida para com a <i>Fazenda Pública</i> não impedirá o julgamento da partilha, desde que o seu pagamento esteja devidamente garantido.</p>	—
<p>Art. 685. Quando este Código não estabelecer procedimento especial, regem os procedimentos não contenciosos as disposições constantes desta Seção.</p>	—
<p>Art. 686. O procedimento terá início por provocação do interessado, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, cabendo-lhes formular o pedido devidamente instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial.</p>	—
<p>Art. 687. Serão citados todos os interessados, bem como intimado o Ministério Público, para que se manifestem, querendo, no prazo de dez dias.</p>	—
<p>Art. 688. A <i>Fazenda Pública</i> será sempre ouvida nos casos em que tiver interesse.</p>	—

Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 706. O juiz ordenará que o oficial de justiça, acompanhado do escrivão e do curador, arrole os bens e descreva-os em auto circunstanciado.</p> <p>§ 1º Não podendo comparecer ao local, o juiz requisitará à autoridade policial que proceda à arrecadação e ao arrolamento dos bens, com duas testemunhas, que assistirão às diligências.</p> <p>§ 2º Não estando ainda nomeado o curador, o juiz designará um depositário e lhe entregará os bens, mediante simples termo nos autos, depois de compromissado.</p> <p>§ 3º Durante a arrecadação o juiz ou a autoridade policial inquirirá os moradores da casa e da vizinhança sobre a qualificação do falecido, o paradeiro de seus sucessores e a existência de outros bens, lavrando-se de tudo um auto de inquirição e informação.</p> <p>§ 4º O juiz examinará reservadamente os papéis, as cartas missivas e os livros domésticos; verificando que não apresentam interesse, mandará empacotá-los e lacrá-los para serem assim entregues aos sucessores do falecido ou queimados quando os bens forem declarados vacantes.</p> <p>§ 5º Se constar ao juiz a existência de bens em outra comarca, mandará expedir carta precatória a fim de serem arrecadados.</p> <p>§ 6º Não se fará a arrecadação ou suspender-se-á esta quando, iniciada, apresentarem-se para reclamar os bens o cônjuge ou companheiro, o herdeiro ou o testamenteiro notoriamente reconhecido e não houver oposição motivada do curador, de qualquer interessado, do Ministério Público ou do representante da <i>Fazenda Pública</i>.</p>	—
<p>Art. 708. O juiz poderá autorizar a alienação:</p> <p>I – de bens móveis, se forem de conservação difícil ou dispendiosa;</p> <p>II – de semoventes, quando não empregados na exploração de alguma indústria;</p> <p>III – de títulos e papéis de crédito, havendo fundado receio de depreciação;</p> <p>IV – de ações de sociedade quando, reclamada a integralização, não dispuser a herança de dinheiro para o pagamento;</p> <p>V – de bens imóveis:</p> <p>a) se ameaçarem ruína, não convindo a reparação;</p> <p>b) se estiverem hipotecados e vencer-se a dívida, não havendo dinheiro para o pagamento.</p> <p>§ 1º Não se procederá, entretanto, à venda se a <i>Fazenda Pública</i> ou o habilitando adiantar a importância para as despesas.</p> <p>§ 2º Os bens com valor de afeição, como retratos, objetos de uso pessoal, livros e obras de arte, só serão alienados depois de declarada a vacância da herança.</p>	—
<p>Art. 711. Feita a arrecadação, o juiz mandará publicar editais no sítio do tribunal a que estiver vinculado, onde permanecerá por um ano; não havendo, a publicação se fará durante um ano, reproduzida de dois em dois meses, anunciando a arrecadação e chamando o ausente a entrar na posse de seus bens.</p> <p>§ 1º Findo o prazo previsto no edital, poderão os interessados requerer a abertura da sucessão provisória, observando-se o disposto na lei.</p> <p>§ 2º O interessado, ao requerer a abertura da sucessão provisória, pedirá a citação pessoal dos herdeiros presentes e do curador e, por editais, a dos ausentes para requererem habilitação, na forma dos arts. 670 a 673.</p> <p>§ 3º Presentes os requisitos legais, poderá ser requerida a conversão da sucessão provisória em definitiva.</p> <p>§ 4º Regressando o ausente ou algum dos seus descendentes ou ascendentes para requerer ao juiz a entrega de bens, serão citados para contestar o pedido os sucessores provisórios ou definitivos, o Ministério Público e o representante da <i>Fazenda Pública</i>, seguindo-se o procedimento comum.</p>	—

Emenda 1– CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 743. São títulos executivos extrajudiciais:</p> <p>I – a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque;</p> <p>II – a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor;</p> <p>III – o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas;</p> <p>IV – o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores;</p> <p>V – os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida;</p> <p>VI – o crédito decorrente de foro e laudêmio;</p> <p>VII – o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio;</p> <p>VIII – o crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete ou de tradutor, quando as custas, os emolumentos ou os honorários forem aprovados por decisão judicial;</p> <p>IX – a certidão de dívida ativa da <i>Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios</i>, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;</p> <p>X – a parcela de rateio de despesas de condomínio edilício, assim estabelecida em convenção de condôminos ou constante de ata de reunião de condomínio convocada especialmente para tal fim;</p> <p>XI – todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.</p> <p>§ 1º A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.</p> <p>§ 2º Não dependem de homologação para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro.</p> <p>§ 3º O título estrangeiro só terá eficácia executiva quando satisfeitos os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e o Brasil for indicado como o lugar de cumprimento da obrigação.</p>	<p>Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais: (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p> <p>I – a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque; (Redação dada pela Lei 8.953, de 13/12/1994)</p> <p>II – a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores; (Redação dada pela Lei 8.953, de 13/12/1994)</p> <p>III – os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida; (Redação dada pela Lei 11.382, de 2006).</p> <p>IV – o crédito decorrente de foro e laudêmio; (Redação dada pela Lei 11.382, de 2006).</p> <p>V – o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio; (Redação dada pela Lei 11.382, de 2006).</p> <p>VI – o crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial; (Redação dada pela Lei 11.382, de 2006).</p> <p>VII – a certidão de dívida ativa da <i>Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios</i>, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei; (Redação dada pela Lei 11.382, de 2006).</p> <p>VIII – todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva. (Incluído pela Lei 11.382, de 2006).</p> <p>§ 1º A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução. (Redação dada pela Lei 8.953, de 13/12/1994)</p> <p>§ 2º Não dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro. O título, para ter eficácia executiva, há de satisfazer aos requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação. (Redação dada pela Lei 5.925, de 1º/10/1973)</p>
<p>Art. 866. Na execução fundada em título extrajudicial, a <i>Fazenda Pública</i> será citada para opor embargos em trinta dias.</p> <p>§ 1º Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição da República.</p> <p>§ 2º Nos embargos, a <i>Fazenda Pública</i> poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.</p> <p>§ 3º Aplica-se a este Capítulo, no que couber, o disposto nos arts. 519 e 520</p>	<p>—</p>

Emenda 1— CTRCPC – Substitutivo	CPC/1973
<p>Art. 921. A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 293, devendo o autor:</p> <p>I – cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento da causa;</p> <p>II – depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.</p> <p>§ 1º Não se aplica o disposto no inciso II à União, ao Estado, ao Distrito Federal, ao Município, respectivas autarquias e fundações de direito público, ao Ministério Público, e aos que tenham obtido o benefício da gratuidade de justiça.</p> <p>§ 2º Será indeferida a petição inicial nos casos previstos no art. 305 ou quando não efetuado o depósito exigido pelo inciso II deste artigo, ou rejeitada liminarmente a demanda nos casos do art. 307.</p>	<p>—</p>
<p>Art. 961. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção, observado o seguinte:</p> <p>I – são dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal;</p> <p>II – a insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias.</p> <p>§ 1º Provando o recorrente justo impedimento, o relator relevará, por decisão irrecorrível, a pena de deserção, fixando-lhe prazo de cinco dias para efetuar o preparo.</p> <p>§ 2º O equívoco no preenchimento da guia de custas não resultará na aplicação da pena de deserção, cabendo ao relator, na hipótese de dúvida quanto ao recolhimento, intimar o recorrente para sanar o vício no prazo de cinco dias ou solicitar informações ao órgão arrecadador.</p>	<p>Art. 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. (Redação dada pela Lei 9.756, de 17/12/1998)</p> <p>§ 1º São dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal. (Parágrafo único renumerado pela Lei 9.756, de 17/12/1998)</p>
<p>Art. 981. Serão julgados em recurso ordinário:</p> <p>I – pelo Supremo Tribunal Federal, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão;</p> <p>II – pelo Superior Tribunal de Justiça:</p> <p>a) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;</p> <p>b) as causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.</p> <p>Parágrafo único. Nas causas referidas no inciso II, alínea b, caberá agravo das decisões interlocutórias.</p>	<p>Art. 539. Serão julgados em recurso ordinário: (Redação dada pela Lei 8.950, de 13/12/1994)</p> <p>I – pelo Supremo Tribunal Federal, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos Tribunais superiores, quando denegatória a decisão; (Redação dada pela Lei 8.950, de 13/12/1994)</p> <p>II – pelo Superior Tribunal de Justiça: (Redação dada pela Lei 8.950, de 13/12/1994)</p> <p>a) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão; (Incluído pela Lei 8.950, de 13/12/1994)</p> <p>b) as causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País. (Incluído pela Lei 8.950, de 13/12/1994)</p> <p>Parágrafo único. Nas causas referidas no inciso II, alínea b, caberá agravo das decisões interlocutórias. (Incluído pela Lei 8.950, de 13/12/1994)</p>



## Nota explicativa:

Tendo em vista tratar-se, o presente artigo, de análise de projeto de lei, pode ocorrer, como de fato ocorreu, que modificações fossem propostas durante o processo legislativo. Assim, importante esclarecer que este artigo foi elaborado em maio de 2011 e que, até a data de publicação neste periódico, o texto em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 8.046/2010) recebeu sutis alterações em alguns dos dispositivos ora analisados.

Os dispositivos modificados foram os arts. 75; 105, §2º; 186, §1º; 483, III; 743, VIII, IX e X.

Até 9 de maio de 2012, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, criada para análise do projeto de Lei 8.046/2010, ainda não havia apresentado parecer final sobre o projeto e as 900 propostas de emenda apresentadas pelos parlamentares. (Fonte: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br).)

Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores;

II - o Município, por seu prefeito ou procurador;

III - as mesas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais, pelos respectivos órgãos de assessoramento jurídico, quando existentes;

IV - a massa falida, pelo administrador judicial;

V - a herança jacente ou vacante, por seu curador;

VI - o espólio, pelo inventariante;

VII - as pessoas jurídicas, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;

[...]

Art. 105

[...]

§2º O membro da Advocacia Pública será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, agir com dolo ou fraude.

[...]

Art. 186

[...]

§1º Não se consideram intempestivos atos praticados antes da ocorrência do termo inicial do prazo.

[...]

Art. 483

[...]

III - que, proferida contra os entes elencados no inciso I, não puder indicar, desde logo, o valor da condenação.

[...]

Art. 743

[...]

VII - o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio;

VIII - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;

IX - a parcela de rateio de despesas de condomínio edilício, assim estabelecida em convenção de condôminos ou constante de ata de reunião de condomínio convocada especialmente para tal fim;

X - todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.